



Demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2025

*Usina de Energia Eólica Terral
SPE S.A.*



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Demonstração dos resultados	6
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Notas explicativas	9
1 Informações gerais e base de preparação	9
1.1 Informações gerais	9
1.2 Base de preparação e políticas contábeis	10
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação	10
2 Principais informações financeiras	10
2.1 Resultado do exercício	10
2.2 Ativos e passivos financeiros	12
2.3 Ativos e passivos não-financeiros	17
2.4 Patrimônio líquido	19
3 Estimativas críticas, julgamentos e riscos	20
3.1 Estimativas críticas e julgamentos	20
3.2 Gestão de riscos	21
4 Itens não reconhecidos	22
4.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço	22
5 Outras informações	22
5.1 Transações com partes relacionadas	23
5.2 Seguros	24
6 Políticas contábeis Materiais	24
6.1 Caixa e equivalentes de caixa	24
6.2 Imobilizado	24
6.3 Intangível	25
6.4 Redução ao valor recuperável ("impairment")	26
6.5 Empréstimos e financiamentos	26
6.6 Provisões	26
6.7 Tributação	27
6.8 Outros ativos e passivos	28
6.9 Reconhecimento de receita	28
6.10 Instrumentos financeiros	28
6.11 Passivo de arrendamentos	28
6.12 Normas novas e alteradas no exercício corrente	29
6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes	29

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.
Areia Branca - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

7017104222064EF
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ 086312/O-6

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A. Demonstração dos fluxos de caixa



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do IRPJ e CSLL		2.438	5.564
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) com o caixa gerado pelas operações:			
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	2.1.3	(3.212)	(1.196)
Encargos financeiros	2.1.3	6.702	4.654
Ajuste a valor presente	2.1.3	115	106
Depreciações e amortizações	2.1.2	4.024	3.983
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.2.3	839	-
Provisões de penalidade contratuais	2.2.7	9.268	6.292
Penalidades contratuais suspensas - Atualização	2.2.7	234	131
(Acréscimos) / decréscimos nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	2.2.3	(4.078)	(1.194)
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		638	(559)
Impostos a recuperar		214	(775)
Outros ativos		432	302
Acréscimos / (decréscimos) nos passivos operacionais			
Fornecedores		1.079	2.602
Obrigações fiscais e trabalhistas		(1.115)	(262)
Penalidades contratuais	2.2.7	(377)	(692)
Passivo de arrendamento		143	(298)
Contas a pagar – partes relacionadas		233	34
Outros passivos		117	(349)
Recursos provenientes das atividades operacionais			
Pagamentos de encargos financeiros	2.2.5	(4.324)	(4.619)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.282)	(1.696)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		12.088	12.028
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações em títulos e valores mobiliários	2.2.2	(3.469)	(14.289)
(Aquisições) baixas de imobilizado	2.3.1	(415)	(3)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento			
		(3.884)	(14.292)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal	2.2.5	(7.571)	(7.731)
Mútuos - Partes relacionadas		-	11.674
Pagamento de dividendos		(849)	(1.318)
Pagamentos do passivo de arrendamento	2.2.6	(350)	(474)
Aumento de capital social		-	306
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento			
		(8.770)	2.457
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
		(566)	193
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.1	611	418
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
		(566)	193
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		45	611
Transações que não impactam o caixa			
Registro de direito de uso e passivo de arrendamento		(156)	150
Baixa de imobilizado x fornecedor		258	-
Provisão desmobilização		-	(309)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.
Demonstração dos resultados



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita com fornecimento de energia, líquida	2.1.1 (a)	21.899	23.774
Outras receitas operacionais, líquida	2.1.1 (b)	841	1.541
Custos operacionais	2.1.2	(15.222)	(15.372)
Resultado bruto		7.518	9.943
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	2.1.2	(939)	(427)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		6.579	9.516
Despesas financeiras		(7.357)	(6.218)
Receitas financeiras		3.216	2.266
Resultado financeiro	2.1.3	(4.141)	(3.952)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.438	5.564
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(2.322)	(1.989)
Lucro líquido do exercício		116	3.575

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	2.2.1	45	611	Fornecedores	2.2.4	5.255	4.176
Contas a receber	2.2.3	8.262	5.023	Empréstimos e financiamentos	2.2.5	8.129	7.791
Contas a receber - Partes relacionadas	5.1	-	638	Obrigações fiscais e trabalhistas		485	561
Impostos a recuperar		574	788	Penalidades contratuais	2.2.7	15.061	3.917
Outros ativos		31	463	Dividendos - Partes relacionadas	5.1	28	849
Total do ativo circulante		8.912	7.523	Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1	316	83
				Outros passivos		636	634
Não circulante				Passivo de arrendamentos	2.2.6	187	158
Títulos e valores mobiliários	2.2.2	32.176	25.496	Total do passivo circulante		30.097	18.169
Imobilizado	2.3.1	88.784	92.476				
Intangível	2.3.2	368	387	Não circulante			
Total do ativo não circulante		121.328	118.359	Empréstimos e financiamentos	2.2.5	39.815	45.683
				Penalidades contratuais	2.2.7	5.270	7.289
				Passivo de arrendamentos	2.2.6	3.672	3.558
				Outras Obrigações		1.368	1.253
				Total do passivo não circulante		50.125	57.783
				Total passivo		80.222	75.952
				Patrimônio líquido	2.4		
				Capital social		37.022	37.022
				Reserva de lucro		8.838	8.756
				Reserva legal		4.158	4.152
				Total do patrimônio líquido		50.018	49.930
Total do ativo		130.240	125.882	Total do passivo e patrimônio líquido		130.240	125.882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	36.716	3.974	6.208	10.182	-	46.899
Aumento de capital social	306	-	-	-	-	306
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.575	3.575
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	-	178	-	178	(178)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(849)	(849)
Lucros retidos a deliberar	-	-	2.548	2.548	(2.548)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	37.022	4.152	8.756	12.908	-	49.930
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	116	116
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	-	6	-	6	(6)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(28)	(28)
Lucros retidos a deliberar	-	-	82	82	(82)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	37.022	4.158	8.838	12.996	-	50.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

1 Informações gerais e base de preparação

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Informações gerais

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações constituída em 13 de março de 2012, com sede administrativa em Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte, RN 404/S/N, Km 6,05, Fazenda Conceição, Zona Rural, CEP 59655-000. A Companhia tem por objeto a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido no parque eólico denominado Terral.

Autorização do Parque Eólico Terral

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 390 de 26 de junho de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Terral. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 28 de junho de 2012 e o término em 28 de junho 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

Em 03 de junho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 4.700, na qual altera as características técnicas da usina para 30.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 10 unidades geradoras de 3.000 kW cada. Em 18 de novembro de 2015, foi alterada a Garantia Física da usina para 17,5 MW médio, publicada pela Portaria nº 346 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPDE.

A Companhia entrou em fase de teste em 21 de outubro de 2014, conforme despacho ANEEL Nº 4.194 de 21 de outubro de 2014. Em 24 de março de 2015, a Companhia entrou em operação comercial conforme Despacho Aneel nº 740, de 23 de março de 2015. No dia 03 de março de 2015, foi recebida a autorização técnica do fornecedor das turbinas para entrada em operação.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR

Em 19 de agosto de 2013, a Companhia celebrou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), com as 25 distribuidoras firmadas no 13º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, realizado em 20 de dezembro de 2011. Por este contrato, a Companhia se compromete a vender às distribuidoras pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, a quantidade de energia negociada entre as partes pelo preço contratual firmado, reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Capital circulante líquido negativo

A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, mesmo que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrasse com o capital circulante negativo no montante de R\$ 21.158 tendo em vista que este saldo é impactado principalmente pela rubrica de penalidades registrado no circulante, em contrapartida o contas a receber proveniente do contratos de venda de energia registrados no balanço consta apenas o valor a receber por competência, e não do contrato como

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

um todo, de longo prazo, logo o contrato gerará recursos suficientes para liquidar estas operações de curto prazo.

Sendo assim, estas Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2026.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

2.1 Resultado do exercício**2.1.1 Receita operacional, líquida****2.1.1(a) Receita com fornecimento de energia, líquida**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	26.932	25.553
Receita Bruta de fornecimento - ACL- Parte relacionada (i)	1.643	5.277
Receita bruta de fornecimento - CCEE	2.880	-
Certificado de Energia Renovável (IREC)	77	136
Ressarcimento (penalidade) - CCEE	(8.806)	(6.292)
Tributos sobre receita	(827)	(900)
Total de receita operacional, líquida	<u>21.899</u>	<u>23.774</u>

(i) Para atender as demandas de energia das demais empresas do grupo, a Companhia está vendendo energia para atender seus contratos.

A redução na receita se deve em função do aumento das penalidades apuradas para o exercício, totalizando um montante de R\$ 8.806 (Nota 2.2.7).

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.1.1(b) Outras receitas operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outras receitas operacionais	1.744	1.599
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(839)	-
Tributos sobre receita	(64)	(58)
Outras receitas operacionais, líquida	<u>841</u>	<u>1.541</u>

Refere-se ao valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido à indisponibilidade de geração no parque Terral, ou seja, geração abaixo do previsto do contrato.

2.1.2 Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Depreciações e amortizações	(4.024)	-	(3.983)	-
Serviços de operação & manutenção	(3.903)	-	(3.819)	-
Serviços de operação & manutenção - Parte relacionada	(1.168)	-	(967)	-
Encargos setoriais	(1.895)	-	(1.633)	-
Energia comprada para revenda (i)	(3.287)	-	(4.045)	-
Energia comprada para revenda - Parte relacionada	(573)	-	(366)	-
Certificados de energia e créditos de carbono - Parte relacionada	(9)	-	(29)	-
Outros	(363)	(3)	(530)	(3)
Material de consumo	-	(114)	-	-
Despesas administrativas gerais	-	(146)	-	-
Serviços de terceiros	-	(676)	-	(424)
	<u>(15.222)</u>	<u>(939)</u>	<u>(15.372)</u>	<u>(427)</u>

(i) Para atender as demandas de energia, a Companhia está comprando energia para revenda, diminuindo assim as penalidades.

2.1.3 Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.212	1.196
Juros sobre mútuos	-	1.069
Outras receitas financeiras	4	1
Total	<u>3.216</u>	<u>2.266</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.365)	(5.397)
Juros sobre passivos de arrendamentos	(337)	(326)
Atualização penalidades suspensas	(234)	(131)
Outras despesas financeiras	(209)	(257)
Juros e multa	(97)	(1)
Ajuste a valor presente	(115)	(106)
Total	<u>(7.357)</u>	<u>(6.218)</u>
Total de resultado financeiro	<u>(4.141)</u>	<u>(3.952)</u>

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas	31.532	30.966
Ressarcimento - CCEE	(8.806)	(6.292)
Base ajustada	22.726	24.674
Presunção imposto de renda - 8% (a)	1.818	1.974
Presunção contribuição social - 12% (b)	2.727	2.961
Demais receitas e ganhos de capital (c)	4.896	3.807
Base de cálculo - IRPJ (a)+(c)	6.714	5.781
Imposto de renda:15%	1.007	867
Adicional de Imposto de Renda: 10%	629	513
Total IRPJ	1.636	1.380
Base de cálculo - CSLL (b)+(c)	7.623	6.768
Contribuição social: 9%	686	609
Total de CSLL	686	609
Total IRPJ e CSLL	2.322	1.989

2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota prevê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria; e
Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro.

Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	45	611
Contas a receber de clientes	8.262	5.023
Contas a receber - Partes relacionadas	-	638
Títulos e valores mobiliários	32.176	25.496
Total de ativos financeiros	40.483	31.768
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Fornecedores	(5.255)	(4.176)
Empréstimos e financiamentos	(47.944)	(53.474)
Passivo de arrendamento	(3.859)	(3.716)
Penalidades contratuais	(20.331)	(11.206)
Mútuo, contas a pagar e dividendos - Partes relacionadas	(344)	(932)
Total de passivos financeiros	(77.733)	(73.504)
Ativos (passivos) financeiros, líquidos	(37.250)	(41.736)

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	20	5
Aplicações financeiras	25	606
	45	611

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade é de 96,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e está mantido junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Fitch Ratings.

2.2.2 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2025	31/12/2024
Serviço da dívida - empréstimo BNDES	2.881	2.949
Reserva SPE (1)	20.946	17.389
Centralizadora (3)	5.636	4.090
Serviços de manutenção - O&M (2)	995	956
Trianon	1.718	112
Total	32.176	25.496

A seguir, descrição das principais contas:

- (1) Conta Reserva SPE é a conta para qual é destinada a totalidade dos recursos remanescentes da conta Centralizadora, depois de observada a destinação dos pagamentos para as contas de O&M e de Serviço da Dívida, conforme definido em contrato juntos ao ente financiador.
- (2) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do **Serviço da Dívida e de O&M** deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2025, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.
- (3) Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia de contratos de empréstimos e financiamentos (Nota 2.2.6).

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 99,3% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.3 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Distribuidoras diversas - Ambiente de contratação regulada	5.622	2.981
Cientes diversos	3.479	1.880
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(839)	-
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	-	162
Total contas a receber	<u>8.262</u>	<u>5.023</u>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às vendas de energia para distribuidoras diversas é de 45 dias da data do faturamento.

Em 31 de dezembro de 2025, não há saldo em aberto com mais de 90 dias.

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento do BNDES (Nota 2.2.6).

2.2.4 Fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Energia	3.633	2.659
Serviços de terceiros	1.052	738
Encargos setoriais	412	311
Seguros	97	393
Aluguel	61	75
Total	<u>5.255</u>	<u>4.176</u>

Para atender as demandas de energia, a Companhia está comprando energia para revenda, devido ao aumento das penalidades.

2.2.5 Empréstimos e financiamentos

2.2.5(a) Composição de saldo

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia.

A taxa efetiva do financiamento em 31 de dezembro de 2025 é de 8,71% (8,93% em 31 de dezembro de 2024).

	<u>Encargos financeiros incidentes</u>	<u>Moeda</u>	<u>Prazo do contrato</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Financiamentos					
BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	47.944	53.474
				<u>47.944</u>	<u>53.474</u>
Total circulante				8.129	7.791
Total não circulante				39.815	45.683

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.5(b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos, nos exercícios

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	53.474	60.427
Juros incorridos	6.365	5.397
Juros pagos	(4.324)	(4.619)
Amortização de principal	(7.571)	(7.731)
Saldo final	47.944	53.474

2.2.5(c) Cláusulas restritivas

O financiamento junto ao BNDES estabelece que o Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia. O referido cálculo é realizado conforme abaixo:

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida]

Em 31 de dezembro de 2025, o índice calculado foi de 2,58 (1,40 em 31 em dezembro de 2024):

	2025	2024
Caixas e aplicações financeiras totais do ano anterior	26.107	10.429
(-) Conta reserva do serviço da dívida	(2.949)	(3.106)
(-) Conta reserva O&M	(956)	(929)
(A) Caixa inicial da atividade	22.202	6.394
Ajustes no EBITDA		
Lucro no período de 12 meses findo em 31 de dezembro	116	3.575
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	2.322	1.989
(-ou+) Resultado de itens não recorrentes	-	-
(+/-) Resultado financeiro	4.141	3.952
(+) Depreciação e amortização	4.024	3.983
EBITDA ajustado	10.603	13.499
(-) Despesas de Imposto de renda e contribuição social no período de 12 meses de diferimento	(2.322)	(1.872)
(-) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o Ano Seguinte ao Aref	(28)	(849)
(B) EBITDA ajustado com efeito do imposto de renda e contribuição social	8.253	10.778
(C) Serviço da dívida no ano de referência, correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES		
	11.783	12.235
Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C)	2,58	1,40

2.2.5(d) Garantias

São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (10 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1), fiança bancária durante a construção e até a conclusão física e financeira do projeto conforme definido nas cláusulas contratuais, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.6 Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Passivo de arrendamentos	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Atualização Contratual	Adições / Baixas	Transf CP / LP	31/12/2024
Passivo Circulante	151	-	(148)	-	-	155	158
Passivo Não Circulante	3.863	326	(326)	(150)	-	(155)	3.558
Total no Passivo	4.014	326	(474)	- 150	-	-	3.716
Passivo de arrendamentos	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Atualização Contratual	Adições / Baixas	Transf CP / LP	31/12/2025
Passivo Circulante	158	-	(13)	29	-	13	187
Passivo Não Circulante	3.558	337	(337)	127	-	(13)	3.672
Total no Passivo	3.716	337	(350)	156	-	-	3.859

2.2.7 Penalidades contratuais

O contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARS) prevê a verificação Anual e Quadrienal quanto ao cumprimento contratual.

Para a apuração dos montantes são verificadas as diferenças entre a geração da usina e a energia contratada. Na verificação anual (período de janeiro a dezembro de cada ano), caso a geração neste período seja menor do que 90% da energia contratada, haverá o ressarcimento anual por desvios negativos de geração, essa diferença (Geração - 90% do Contrato) deverá ser paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte. Esse montante deverá ser valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças divulgado pela CCEE) do ano do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato.

Para a verificação quadrienal, será feita a cada período de 4 anos (janeiro a dezembro), que se repetirá 4 vezes durante o período contratual (20 anos), serão verificados a geração da usina e a energia contratada dos últimos 4 anos, caso a geração neste período esteja entre 90% e 100% da energia contratada, o ressarcimento quadrienal por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (preço das liquidações das diferenças divulgado pela CCEE) dos quatros anos do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato.

Em fevereiro de 2020, deveria ser iniciado o pagamento da penalidade quadrienal referente ao 1º quadriênio 2016 a 2019, o valor total destas penalidades é de 2.849, dividido em 24 parcelas de 119, porém em agosto de 2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, suspendeu o pagamento da penalidade devido ao “Constrained-off”, conforme Despacho nº 2.303 de 20 de agosto de 2019, que trata de uma redução da produção de energia por usinas despachadas centralizadamente decorrente de ocorrências na rede de controle do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS que tenham sido originados externamente às instalações das respectivas usinas, em resumo o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS solicita a interrupção de geração na operação do Sistema Interligado Nacional - SIN. Vale ressaltar que o “Constrained-off” é previsto nas regras de comercialização de energia.

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

No segundo semestre de 2025, as restrições de geração impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) na região Nordeste do Brasil aumentaram significativamente em comparação com o mesmo período de 2024, processo este chamado de curtailment, o qual pode ser atribuído a uma combinação de fatores estruturais e conjunturais.

Em 24 de novembro de 2025, foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, que define um novo marco regulatório para o setor elétrico, trazendo dispositivos que permitirão compensação financeira aos agentes de geração de energia eólica conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), visando cobrir perdas financeiras decorrentes de cortes de geração motivados por indisponibilidade externa ou por requisitos de confiabilidade elétrica da operação do sistema. Tal compensação será aplicada aos eventos ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e a data de entrada em vigor desta Lei, estando condicionada ao atendimento dos requisitos nesta previstos, incluindo a celebração de termo de compromisso com o Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída provisão referente à penalidade anual de R\$ 15.061 (R\$ 3.917 em 2024) e quadrienal de R\$ 5.270 (R\$ 7.289 em 2024). Os montantes registrados estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	11.206	5.475
Atualização financeira	234	131
Pagamentos penalidades	(377)	(692)
Ressarcimento - em curso	9.268	6.292
Saldo final	<u>20.331</u>	<u>11.206</u>
Passivo circulante	15.061	3.917
Passivo não circulante	5.270	7.289

2.3 Ativos e passivos não-financeiros**2.3.1 Imobilizado**

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Valor</u>	<u>Custo</u>	<u>Valor</u>
	<u>Histórico</u>	<u>líquido</u>	<u>Histórico</u>	<u>líquido</u>
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	139.997	85.161	143.688	88.852
Total do imobilizado em operação	<u>139.997</u>	<u>85.161</u>	<u>143.688</u>	<u>88.852</u>
Bens em operação				
Materiais sobressalentes	201	137	209	145
Veículos	94	-	94	-
Instalações	37	4	43	10
Equipamentos de informática	11	-	11	-
Moveis e utensílios	2	-	2	-
Máquinas e equipamentos	305	147	335	177
Terreno - Direito de uso	4.211	3.335	4.168	3.292
Carro - Direito de uso	39	-	39	-
Total dos bens em operação	<u>4.900</u>	<u>3.623</u>	<u>4.901</u>	<u>3.624</u>
Total do imobilizado	<u>144.897</u>	<u>88.784</u>	<u>148.589</u>	<u>92.476</u>

Todo o montante de depreciação foi reconhecido nos custos de produção. Os financiamentos com o BNDES (Nota 2.2.6) estão garantidos por 10 turbinas de geração de energia.

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1(a) Movimentações

A Companhia efetuou a provisão do valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização em 2044, conforme contratos fundiários.

Movimentação em 2025:

	Valor líquido em 31/12/2024	Atualização contratual	Adições (Baixas)	Desmobilização	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em operação						
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	88.852	-	(1)	-	(3.690)	85.161
Total do imobilizado em operação	88.852	-	(1)	-	(3.690)	85.161
Bens em operação						
Materiais sobressalentes	145	-	(2)	-	(6)	137
Veículos	-	-	-	-	-	-
Instalações	10	-	(3)	-	(3)	4
Equipamentos de informática	-	-	-	-	-	-
Moveis e utensílios	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	177	-	5	-	(35)	147
Terreno - Direito de uso	3.292	156	158	-	(271)	3.335
Carro - Direito de uso	-	-	-	-	-	-
Total dos bens em operação	3.624	156	158	-	(315)	3.623
Total do imobilizado	92.476	156	157	-	(4.005)	88.784

Movimentação em 2024:

	Valor líquido em 31/12/2023	Atualização contratual	Adições (Baixas)	Desmobilização	Depreciação (*)	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em operação						
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	92.207	-	(3)	309	(3.662)	88.852
Total do imobilizado em operação	92.207	-	(3)	309	(3.662)	88.852
Bens em operação						
Materiais sobressalentes	153	-	-	-	(8)	145
Instalações	13	-	-	-	(3)	10
Máquinas e equipamentos	210	-	-	-	(32)	177
Terreno - Direito de uso	3.692	(150)	-	-	(250)	3.292
Total dos bens em operação	4.068	(150)	-	-	(293)	3.624
Total do imobilizado	96.275	(150)	(3)	309	(3.955)	92.476

(*) A variação da depreciação de 2024 para 2023 é decorrente da revisão útil do útil do grupo conforme práticas contábeis mencionadas na NE 6.2.

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2 Intangível

O valor registrado no Intangível corresponde, substancialmente, aos gastos incorridos no desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Areia Branca.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Intangível em operação				
Gastos desenvolvimento	649	368	649	387
Total do intangível em operação	649	368	649	387
Total	649	368	649	387

2.3.2(a) Movimentações em 2025 e 2024

	31/12/2023		31/12/2024		31/12/2025	
	Valor líquido em	Amortização	Valor líquido em	Amortização	Valor líquido em	
Intangível em operação						
Gastos desenvolvimento	413	(26)	387	(19)	368	
Total do intangível em operação	413	(26)	387	(19)	368	
Total	413	(26)	387	(19)	368	

2.4 Patrimônio líquido**2.4.1 Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de 37.022 (37.022 em 31 de dezembro de 2024), ações sem valor nominal, com preço de R\$ 1,00 (um real) cada, integralmente detidas pela Voltalia Areia Branca II Participações S.A.

2.4.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

Através da Assembleia geral Ordinária de 13 de outubro de 2025, a Companhia deliberou dividendos no montante de R\$ 849.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de reserva de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia apresentou lucro em 31 de dezembro de 2025, que foi destinado da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido apurado no exercício	116	3.575
Constituição da reserva legal - 5%	(6)	(178)
	110	3.397
Destinação do Lucro:	110	3.397
Dividendos mínimos obrigatórios	28	849
Lucros retidos a deliberar	82	2.548

3 Estimativas críticas, julgamentos e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento

A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Empresa aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.

Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como "custos de transação".

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- (1) Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- (2) Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia; e
- (3) Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.2.1 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.2.2 Riscos de mercado

3.2.2(a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, principalmente, de empréstimos e financiamentos de longo prazo.

O financiamento adquirido junto ao BNDES possui taxas variáveis e expõe a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos adquiridos junto as empresas do grupo possuem taxas fixas.

3.2.3 Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”).

Os contratos regulados da Companhia são vendidos diretamente às Distribuidoras que participaram no Leilão de compra de energia. Existe a possibilidade de inadimplência por parte destas distribuidoras, e para mitigar esse risco, estas apresentam um contrato de garantia financeira.

3.2.4 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme apresentado abaixo:

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	5.255	-	-	-	5.255
Empréstimos e financiamentos	8.129	8.129	24.387	7.299	47.944
Penalidades Contratuais	15.061	-	5.270	-	20.331
Dividendos - Partes relacionadas	28	-	-	-	28
Contas a pagar - Partes relacionadas	316	-	-	-	316
Passivos de Arrendamentos	187	187	561	2.924	3.859
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	4.176	-	-	-	4.176
Empréstimos e financiamentos	7.791	7.614	22.842	15.227	53.474
Penalidades Contratuais	3.917	-	7.289	-	11.206
Dividendos - Partes relacionadas	849	-	-	-	849
Contas a pagar - Partes relacionadas	83	-	-	-	83
Passivos de Arrendamentos	158	172	615	2.771	3.716

4 Itens não reconhecidos

Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento.

4.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa é parte em processo judicial e administrativo, em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrente do curso normal de suas operações, envolvendo matéria de natureza tributária.

A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos e na análise individual das demandas em andamento, concluiu que não há, em 31 de dezembro de 2025, processos com probabilidade de perda classificada como provável que demandem o reconhecimento de provisão, nos termos da legislação aplicável.

Contudo, a Empresa possui processo cuja probabilidade de perda é classificada como possível, para o qual não há constituição de provisão, mas que é divulgado para fins de transparência, conforme apresentado a seguir:

- **Tributários:** correspondem a processo administrativo em trâmite perante a Receita Federal do Brasil, relacionado à exigências fiscais relacionadas a IRPJ e CSLL, no montante aproximado de R\$ 123.

5 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.


Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
 Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui transações com as empresas do grupo Voltalia, como segue:

5.1.1 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2025

	31/12/2025				
	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos	Resultado (Venda de energia)	Resultado (Compra de energia)	Resultado (Serviços/gastos administrativos)
Circulante					
Voltalia Energia do Brasil Ltda	113	-	-	-	(965)
Voltalia do Brasil COMER de Energia LTDA	142	-	1.643	(573)	-
Voltalia Areia Branca II Participações S. A.	-	28	-	-	-
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	61	-	-	-	(203)
Total circulante	316	28	1.643	(573)	(1.168)
Total	316	28	1.643	(573)	(1.168)

5.1.2 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2024						
	Ativo contas a receber	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos	Resultado (Encargos s/ mútuos)	Resultado (Venda de energia)	Resultado (Compra de energia)	Resultado (Serviços/gastos administrativos)
Circulante							
Voltalia Energia do Brasil Ltda	-	29	-	-	-	-	(195)
Voltalia do Brasil COMER de Energia LTDA	638	18	-	-	5.277	(366)	-
Voltalia Areia Branca II Participações S. A.	-	-	849	1.069	-	-	-
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	-	36	-	-	-	-	(772)
Total circulante	638	83	849	1.069	5.277	(366)	(967)
Total	638	83	849	1.069	5.277	(366)	(967)

As transações com partes relacionadas são mútuos entre as empresas para a geração de caixa, com incidência de juros remuneratórios de 111,5 % do CDI, conforme os contratos de Mútuo.

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.2 Seguros (Não auditado)

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

SEGUROS VIGENTES PARA A USINA DE ENERGIA EÓLICA TERRAL SPE S.A.			
RAMO		VIGENCIA / SEGURADORA	VALOR EM RISCO
GARANTIA			
TERRAL	RESPONSABILIDADE CIVIL	28/11/2024 A 28/11/2026 - TOKIO MARINE SEGURADORA	R\$ 10.000
TERRAL	RISCOS OPERACIONAIS	13/12/2024 A 13/12/2025 - SWISS RE SEGURADORA	R\$ 208.886
TERRAL	RISCOS OPERACIONAIS	13/12/2025 A 13/12/2027 - SWISS RE SEGURADORA	R\$ 209.895

6 Políticas contábeis Materiais

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

6.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
Máquinas - 10 anos.
Veículos - 5 anos.
Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
Instalações - 10 anos.
Turbinas Eólicas – 32 anos.

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

6.3 Intangível**6.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos**

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- (4) Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- (5) Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- (6) Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- (7) Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- (8) Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

6.3.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

6.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

6.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

6.7 Tributação

6.7.1 Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- (9) Contribuição para o programa de integração social (“PIS”), alíquota de 0,65%;
- (10) Contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”), alíquota de 3%; e
- (11) Imposto sobre serviços (“ISS”), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

6.7.2 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

6.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

6.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

6.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

6.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" /

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

“Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 5,6% e 8,84%, respectivamente, ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

6.12 Normas novas e alteradas no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e atualiza diversas normas contábeis

Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025, o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

* * *

Fale conosco

Brasil

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 2221-7190*



www.voltalia.com     